

Sinais de alarme sobre o nemátodo do pinheiro continuam sem resposta

- **Atribuídos 8 milhões de euros para um plano de acção desconhecido.**
- **Tema quente a abordar nas Jornadas sobre "A Floresta em Debate", organizadas pela ANEFA, no Espaço Monsanto, em Lisboa.**

Muito se tem falado sobre o **Nemátodo da Madeira do Pinheiro**, mas a realidade mostra que falar apenas não basta...

Desde 1999 que esta é uma problemática inerente à floresta portuguesa, não podendo deixar de considerar **insustentável que, 10 anos depois, a praga se tenha alastrado por todo o país!**

Verifica-se, então, que pouco se aprendeu nesta matéria e que a floresta não é, infelizmente, uma prioridade senão na época dos incêndios.

A **ANEFA** acredita que a falta de interesse neste âmbito, por parte do Estado, pode levar à condenação da floresta de pinho em Portugal e conseqüentemente, à falência de inúmeras empresas e ao aumento do desemprego local, fragilizando a economia do país e dando espaço a uma "crise" que, a pouco e pouco, se apodera, também, do sector florestal, tal como o nemátodo.

A par da economia, há que ponderar a manutenção da sustentabilidade da floresta em Portugal. Defendendo como objectivo principal a erradicação e controlo da doença, a **ANEFA** chegou mesmo a apresentar uma **proposta de plano de acção a curto prazo**, em que eram evidentes medidas benéficas, não só para as empresas de exploração florestal que ela representa, mas para todo o sector, **evitando assim a subsídio-dependência**, tão característica de quem vive do Mundo Rural, sendo igualmente transmitida uma mensagem importante aos países com os quais a fileira florestal tem relações comerciais, através da exportação da madeira de pinho, de que efectivamente se estava a efectuar um esforço no sentido de resolver o problema.

Informação à Imprensa

No entanto, o **Governo optou por um plano a médio/longo prazo**, considerando **4 eixos de actuação**: *Medidas Fitossanitárias e de Apoio à Investigação Científica, Medidas de Extensão Florestal (informação e sensibilização), Medidas de Apoio à Indústria, e Medidas de Apoio aos Proprietários e Produtores Florestais*. Perante esta situação, a **ANefa** questiona onde se encontra revisto e salvaguardado o interesse das empresas, entidades que contribuem para o desenvolvimento do sector e criação de emprego e riqueza para o país!

Incentivo à subsídio-dependência

Em alternativa, **optou-se, mais uma vez, pela subsídio-dependência, através da atribuição de subsídios às Associações de Produtores Florestais** que, no passado e mesmo relativamente ao caso do nemátodo, **demonstraram já ter falta de capacidade de resposta**. Hoje, criticam a posição da **ANefa**, mas esquecem que a realização de exploração florestal não faz parte das suas atribuições, **não possuindo meios para o fazer**, e que foi a ambição de o quererem fazer que conduziu aos erros do passado, no que respeita ao nemátodo. Convém lembrar a quem critica que, em 2001, quando **a luta contra o nemátodo envolvia associações, prestadores de serviços, indústria e universidades, para além do Estado, a situação esteve controlada**. E que foi a alteração desta estratégia, entregando todo o trabalho às Associações, que conduziu ao que temos hoje.

Em Dezembro passado, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas divulgou que a Autoridade Florestal Nacional e o Fundo Florestal Permanente tinham assinado diversos protocolos com Organizações de Produtores Florestais, Cooperativas, Estruturas de Baldios e Entidades de Investigação e Desenvolvimento, visando cumprir o Plano de Acção de Controlo do Nemátodo. No entanto, a primeira questão sobrevém logo, quando se fala em plano de acção. **Como se pode transferir mais de 8 milhões de euros, sem que se conheça efectivamente o plano de acção de que se fala?!**

Quando está em causa a utilização de dinheiro público, é fundamental que se esclareça o que efectivamente está a ser feito e neste momento, **Portugal tem 8 milhões de euros distribuídos por organizações, sem que seja do conhecimento público** elementos tão básicos como a área geográfica das operações de combate à doença, cronograma das acções a desenvolver num período de tempo útil, despesas específicas (humanas e materiais) a efectuar no combate à doença e uma definição de objectivos concretos no final das acções. Assim, a **ANefa** deixa um desafio: **As entidades que receberam fundos públicos deverão apresentar publicamente o seu plano de acção, com detalhe ao nível dos meios e recursos afectados ou a afectar e objectivos a atingir**.

Informação à Imprensa

Desde o início que o Ministério da Agricultura tem expressado a sua preocupação em não transformar o **Nemátodo da Madeira do Pinheiro** num negócio mas, de facto, é isso que está a acontecer, principalmente quando se transfere uma quantia desta grandeza, gerada através de um imposto aplicado aos combustíveis e pago por todos os contribuintes, sem que haja um planeamento concreto do que deverá ser feito.

Será que se pensa que vamos “pagar” ao nemátodo do pinheiro para sair das nossas florestas? Ou será apenas uma tentativa de emudecer comentários indesejáveis e de “preparar terreno” para este grande ano de eleições?...

Fileira do pinheiro está comprometida

Todo este processo não pode ser visto de ânimo leve, pois sabe-se que, **anualmente, Portugal exporta cerca de 240 mil toneladas de madeira em rolaria** que, com um **valor médio de 60 Euros/tonelada, representa um orçamento de 14,4 milhões de euros**, sendo que a esta importância deverá ser acrescido os valores de exportação relacionados com serração, painéis, carpintaria e mobiliário.

Os números são bem ilustrativos de que a fileira do pinho em Portugal se encontra bastante comprometida, e que a **mudança de estratégia é essencial para o sucesso do programa de controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro e do sector florestal**. O Estado Português está a dirigir a campanha a médio/longo prazo, sendo que os procedimentos a ter em consideração no momento poderão ditar o desfecho da questão inerente à problemática da expansão do nemátodo e conseqüentemente, do **sector que representa mais de 3% do valor acrescentado bruto, abrangendo mais de 160 mil trabalhadores nos diversos agentes da fileira**. Se o Governo persiste em ignorar o valor da **floresta** portuguesa, a **ANEFA** relembra que **cerca de 38% do território nacional é coberto por este bem comum, representando mais de 400 mil proprietários** que, com uma **média de três elementos por agregado familiar, constituem 12% da população activa com rendimentos provenientes da floresta**. Os números falam por si.

20.Maio.09